

**ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL:
APLICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA POR MEIO DE UMA PARCERIA ENTRE O
ÂMBITO PÚBLICO E O PRIVADO¹**

Mariana Costa Barreto²
Prof. Me. Taigoara Finardi Martins³

O tema de pesquisa é o instituto do Estado de Coisas Inconstitucional e sua possível aplicação na saúde pública brasileira por meio de uma parceria entre o âmbito público e privado. Este instituto tem origem nas decisões da Corte Constitucional Colombiana, sendo que sua aplicação ocorre quando verificada a violação contínua e generalizada de direitos fundamentais. Como mencionado acima, o futuro artigo tem como tema a aplicação do instituto na saúde pública brasileira, visando uma melhoria no atendimento e serviços prestados para as pessoas dependentes do sistema único de saúde e das outras vertentes da saúde pública. A melhoria mencionada seria alcançada a partir da realização de uma parceria entre o âmbito público e privado da saúde brasileira, sendo determinado que as instituições e empresas de iniciativa privada, tais como os laboratórios, hospitais e demais clínicas, disponibilizassem uma porcentagem seus serviços (exames, remédios, atendimentos, cirurgias, etc), ferramentas (aparelhos de raio x, tomografia, ressonância, etc) e instalações (quartos e camas) para conveniados do sistema público de saúde. Tal convênio seria realizado com aqueles que utilizam da saúde pública, sendo que para se tornar um conveniado estes precisariam demonstrar, quando realizado o cadastro, que são hipossuficientes e comprovarem que a utilização dos serviços privados de saúde afetariam de maneira significativa sua subsistência. A viabilização do tema deste projeto é dificultada, uma vez que as probabilidades de negativa por parte das empresas do âmbito privado são grandes, considerando que a existência do convênio e a obrigatoriedade da prestação dos serviços não geraria lucro algum para as mesmas. No entanto, como incentivo para a participação, é viável a realização de regulamentações que preveem benefícios para os conveniados, como a isenção fiscal e amortização de juros em empréstimos realizados junto à bancos federais. O tema tem como principal objetivo possibilitar a melhora da qualidade do serviço nas unidades de atendimento público, para que estas prestem de forma adequada e superior, a todos que dependam da mesma, o serviço ofertado, seja por meio do convênio existente ou do aprimoramento que seria alcançado quando as unidades de atendimento público tivessem sua demanda reduzida em consequência da utilização da parceira entre público e privado. Sendo assim, a temática visa possibilitar um melhor atendimento por parte da saúde pública, dessobrecarregar as unidades de atendimento e viabilizar que todos tenham acesso a uma saúde de qualidade. Quanto à metodologia, o referencial teórico utilizado é o neoconstitucionalista, uma vez que é preciso demonstrar a base dos direitos fundamentais, a importância destes indo contra a contínua violação dos mesmos com a consequente aplicação do instituto do Estado de Coisas

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro de Iniciação Científica e de Extensão da FACNOPAR.

² Acadêmico do 8º Período do Curso de Direito da FACNOPAR. maricbarreto311@gmail.com.

³ Professor da Facnopar. Orientador do trabalho.

Inconstitucional. Já o método de pesquisa adotado será o hipotético-dedutivo, visto que será elegido um conjunto de proposições hipotéticas, as quais se acredita serem viáveis como estratégia de abordagem para se aproximar do objeto. Por fim, o método utilizado será o histórico, uma vez que será acompanhada a evolução de tema de pesquisa na história.

Palavras-chaves: Estado; Inconstitucional; Saúde; Pública.